

**DIÁLOGOS ENTRE
EDUCAÇÃO, MUNDO
DO TRABALHO E
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC
Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unesco/Unicamp
Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada
Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

José Paulo Pietrafesa
Maria Emilia de Castro Rodrigues
Sérgio Sauer
(organizadores)

**DIÁLOGOS ENTRE
EDUCAÇÃO, MUNDO
DO TRABALHO E
MOVIMENTOS SOCIAIS**

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diálogos entre educação, mundo do trabalho e movimentos sociais / José Paulo Pietrafesa, Maria Emilia de Castro Rodrigues, Sérgio Sauer (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2019. – (Série As Dimensões da Formação Humana)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-424-3

1. Educação 2. Educação rural 3. Educação de Jovens e Adultos
4. Globalização 5. Globalização – América Latina 6. Luta de classes
7. Movimentos sociais 8. Movimentos sociais – América Latina
9. Trabalhos rurais I. Pietrafesa, José Paulo. II. Rodrigues, Maria Emilia de Castro. III. Sauer, Sérgio. IV. Série.

19-30413

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação, mundo do trabalho e movimentos sociais 370

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Mercado de Letras

revisão final dos autores

bibliotecária: Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

AS DIMENSÕES DA FORMAÇÃO HUMANA

Wanderson Ferreira Alves (coord.) – Universidade Federal de Goiás

Sandra Valéria Limonta Rosa (coord.) – Universidade Federal de Goiás

As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidades dos respectivos autores não representando a conformidade e o pensamento da Editora.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-lettras.com.br

livros@mercado-de-lettras.com.br

1ª edição

outubro / 2 0 1 9

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 7

Eixo I

CRISES, LUTAS E CONFLITOS NAS SOCIEDADES
CONTEMPORÂNEAS: TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS
E EDUCAÇÃO EM DEBATE

GLOBALIZAÇÃO, EXCLUSÃO E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS:
A TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL 21
George Mészáros e Sérgio Sauer

RESISTÊNCIA, LUTA DE CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS
NA AMÉRICA LATINA: DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS 57
Henry Veltmeyer

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO EM ESPAÇOS RURAIS:
MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EXPANSÃO DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS DO CAMPO E DISPUTAS POR HEGEMONIAS. 93
*José Paulo Pietrafesa, Amone Inácia Alves e
Pedro Araújo Pietrafesa*

A JUVENTUDE E A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
AVANÇOS E RETROCESSOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS BRASILEIRAS 129
*Clarice Aparecida dos Santos, Elisa Guaraná de Castro e
Mônica Castagna Molina*

Eixo II

EDUCAÇÃO E TRABALHO: MOVIMENTOS SOCIAIS,
MEMÓRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O QUE ESTUDAMOS DO TRABALHO E
DA EDUCAÇÃO QUANDO ESTUDAMOS SOBRE
TRABALHO E EDUCAÇÃO?167
Wanderson Ferreira Alves

SABERES DO TRABALHO E DE TRABALHADORES NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA E PROFESSORES DE EJA191
Maria Jacqueline Dias Alves

CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA
EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS
SOCIAIS DO CENTRO-OESTE 225
Maria Emilia de Castro Rodrigues e Cláudia Borges Costa

MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMO FONTE DE PESQUISA:
O CENTRO MEMÓRIA VIVA EM MATO GROSSO –
UFMT/CUIABÁ/BRASIL 249
Nilce Vieira Campos Ferreira e Márcia Santos Ferreira

EDUCAÇÃO (POPULAR) NA PRELAZIA DE
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA: NO COMEÇO FOI ASSIM... 269
Vera Lúcia Alves Mendes Paganini

SOBRE OS AUTORES301

APRESENTAÇÃO

A proposta deste livro é fazer uma reflexão que estabeleça um diálogo entre estudos teóricos e visão empírica. Neste sentido, apresenta capítulos que contêm reflexões sobre crise nas estruturas sociais atuais e relação com movimentos sociais. A partir de uma perspectiva geral, colocam em pauta contradições políticas e sociais existentes na contemporaneidade. Não se pode, neste período histórico, ver as relações sociais com olhares de décadas anteriores, uma vez que o capitalismo não se configura como em seu passado, nem mesmo com seu passado recente. Consequentemente, análises da estrutura social pressupõem levantamento de dados documentais, empíricos e circunstanciais, dando possibilidades de compreensão das metamorfoses que a sociedade contemporânea vive.

Mesclamos estudos sobre movimentos sociais e processos de globalização, particularmente na América Latina e no Brasil, lutas e resistências, com temas empíricos, tais como Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sistemas educacionais. Movimentos sociais, ação pastoral, processo de formação popular e memória (Centros de Memórias), em uma síntese para lapidar conceitos, costurar interpretações e manter a memória viva.

As relações sociais no Brasil têm experimentado um período de grandes incertezas, mediatizados por um conjunto de crises de representação de proporções incomensuráveis. Destacando-se a

perda real de direitos sociais no campo trabalhista e previdenciário, mas também a diminuição de investimentos em políticas públicas (educacionais, científicas e pesquisas, saúde, segurança, dentre outras). Estas perdas de direitos resultam em um prejuízo simbólico, com a fragilização do pertencimento social e perda da credibilidade nas instituições e no poder constituído, inclusive do ponto de vistas da consolidação de um Estado nacional (mesmo o Estado de caráter liberal). Ao mesmo tempo, para além do caso brasileiro, o contexto internacional revela o fortalecimento das políticas neoliberais e de centro-direita.

Soma-se à crise de representação e perdas de direitos, a situação de violência no espaço rural brasileiro, materializada em incêndios criminosos de barracos em acampamentos, assassinato de lideranças indígenas, quilombolas e camponesas e expulsão de colônia de pescadores. Medidas que parte da elite agrária reencontrou para “resolver” conflitos e manter suas estruturas hegemônicas. Esse cenário remonta ao início da ação da ditadura civil-militar dos anos 1960 e 1970, quando os movimentos sociais do campo eram dissolvidos pela violência de milícias privadas e agentes governamentais. Assim como no campo educacional, em especial de jovens e adultos, os movimentos de educação popular tiveram suas sedes queimadas – como no caso da União Nacional dos Estudantes (UNE) –, materiais didáticos queimados em praça pública, suas lideranças perseguidas, presas, mortas ou exiladas.

A recente aprovação da reforma trabalhista, mais do que perdas sociais incalculáveis, representa um retrocesso na divisão social do trabalho, aprofundando a eliminação de trabalho (não apenas de emprego), ao mesmo tempo em que possibilita a recriação de uma reserva de trabalhadores desempregados, forçando a redução dos salários e a consequente diminuição do poder aquisitivo dessa massa de cidadãos. Esta mudança oculta uma contradição fundamental: a de que a capitalização do capital só é possível sobre o trabalho não remunerado e não através do consumo, como apregoam os arautos da “modernização” das relações trabalhistas, lançando-nos a todos na acumulação primitiva do capital, ou seja, remetendo-nos de volta ao século XVIII.

No campo educacional, o momento também é de preocupação. As forças hegemônicas reproduzem a lógica neoliberal com corte de verbas para educação pública e narrativas que procuram desacreditar a importância do ensino (especialmente no nível universitário) gratuito de qualidade. Além do não cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024, há incentivos ao avanço do setor privado, com medidas que procuram facilitar a internacionalização do sistema educacional brasileiro.

Segmentos sociais que compõem o governo ilegítimo de Temer impuseram uma nova agenda ideológica à sociedade e aos movimentos sociais da área de educação. A eliminação de disciplinas nas áreas de humanidades, artes e educação física nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como a criação de currículo escolar priorizando as áreas técnicas para atender o “mercado de trabalho”, além de não priorizar a formação integral do ser humano, inclusive para o trabalho, são medidas privatistas.

Utilizando-se dos meios de comunicação de massa, a agenda neoliberal impulsiona propostas como a implantação da “escola sem partidos”, mas também incentiva a “vigilância” dos pais contra escolas e professores “rebeldes”. Não bastassem esses movimentos de desmonte do sistema educacional, em 2017, foi anunciada a redução drástica de investimentos em ciência e tecnologia, desmobilizando as áreas de pesquisas de base. O quadro ainda é mais grave nos espaços rurais, onde, nos últimos 10 anos, foram fechadas quase trinta mil escolas de ensino fundamental. Entre outras consequências, isto força a migração de jovens agricultores, mantendo a situação crescente de masculinização e envelhecimento das populações rurais do Brasil. O que não se diferencia no âmbito do atendimento à modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), que decaiu a cada ano, em contraponto ao crescimento do número de jovens e adultos maiores de 15 anos que não concluíram a educação básica.

Impõe-se a todos o papel precípua da academia. Historicamente, as universidades, especialmente as universidades públicas, contribuíram de forma crítica e comprometida

com reflexões e estudos sobre a realidade social brasileira. A construção de um projeto de nação exige compromisso intelectual e educacional que ultrapasse os marcos da racionalidade do capital e de seus instrumentos ideológicos, agenda política da educação mais do que necessária.

Eis a relevância de refletir sobre Educação, Trabalho e Movimentos Sociais. Foram convidados pesquisadores, professores, integrantes de movimentos sociais, na perspectiva dialógica, para refletir sobre a realidade atual, permeada por crises, e ações coletivas, muitas desenvolvidas em micro processos, buscando diálogo que promovam avanços das forças antagônicas ao desmonte do Estado brasileiro.

Este livro está organizado com uma temática de múltiplas vias de reflexões, buscando compreender sobre “Educação e suas inter-relações com: mundo do trabalho, movimentos sociais, conflitos e estado, camponeses e educação do campo, lutas e direitos; memória e centros de memórias; educação de jovens e adultos”. As palavras chaves são tematizadas no desenvolvimento dos capítulos. Para uma melhor aglutinação de assuntos, a estrutura do livro foi montada com dois eixos temáticos, buscando dar uma visão geral ao leitor das relações sociais, tais como, os processos de globalização e conflitos, análises dos movimentos sociais na América Latina e no Brasil. Outro eixo pautou estudos sobre Trabalho e suas relações com Educação, educação de jovens e adultos e estruturação de Centros de Memórias, além de nos fornecer uma reflexão sobre a ação pastoral e os processos de formação de educadores populares.

No primeiro eixo denominado *Crises, lutas e conflitos nas sociedades contemporâneas: trabalho, movimentos sociais e educação em debate* apresentamos as reflexões em quatro capítulos. O primeiro, com o título “Globalização, exclusão e manifestações políticas: a terra e os movimentos sociais no Brasil”, de autoria de George Mészáros e Sérgio Sauer, procurou compreender a realidade atual, extremamente desafiadora, enfrentada pelos movimentos

sociais na América Latina e internacionalmente, no contexto mais amplo da crise do capitalismo, exacerbada pela globalização e pela financeirização da economia (Sassen 2017). Os avanços capitalistas das últimas décadas (mais precisamente a partir dos anos 1980) criaram, não só complexas formas de acumulação – inclusive com a reinvenção de mecanismos de acumulação primitiva –, mas especialmente brutalidades e exclusões (Sassen 2017), trazendo novos desafios para movimentos e lutas populares.

Em todo o mundo, os movimentos progressistas urbanos e rurais são confrontados com políticas de crise do centro e da direita. Estas políticas assumiram várias formas, que vão desde austeridade, nacionalismo econômico e político, a protecionismos e desregulamentação, até ataques à seguridade social e a aposentadorias e a retiradas de direitos sociais e trabalhistas, entre outros. No contexto da Europa, por exemplo, a direita, apoiada pelo capital financeiro internacional e instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu, aproveitam a crise para moldar a agenda política. Diferente do início do século XXI está ocorrendo uma guinada à direita também na América Latina, principalmente no Brasil e Argentina, com ofensivas conservadoras em toda a região.

O segundo capítulo, elaborado por Henry Veltmeyer, com o título “Resistência, luta de classe e movimentos sociais na América Latina: dinâmicas contemporâneas”, objetivou discutir as diferentes interpretações acerca da dinâmica da luta de classes e desenvolver o argumento de que essas dinâmicas dos movimentos sociais contemporâneos, de fato, constituem uma nova e mais ampla dimensão da luta de classes (sob as condições do desenvolvimento capitalista em um contexto novo e de mudanças estruturais). Este argumento contrapõe estudos como *El Estado ficticio al Estado real* (Plurinacional), desenvolvido por Echalar Flores, em que afirma que as novas forças de resistência colocam em questionamento a teoria marxista de luta de classes como motor da mudança social, bem como a relevância de utilizar os pressupostos da categoria analítica de classes sociais para entender as forças de resistência.

O texto procurou avançar nos seguintes pontos: Em primeiro lugar, refletir brevemente a dinâmica dos movimentos sociais da década de 1990, que estavam circunscritos à agenda neoliberal e ao pós-consenso Washington, e reivindicavam a necessidade de trazer o Estado de volta para o processo de desenvolvimento. Em segundo lugar, refletir sobre as circunstâncias do novo milênio, que deu origem às novas forças de mudança e resistência sobre o que poderia ser descrito como a nova fronteira do capital.

No terceiro capítulo deste primeiro eixo, “Divisão social do trabalho em espaços rurais: memória e história da expansão dos movimentos sociais do campo e disputas por hegemonias”, José Paulo Pietrafesa, Amone Inácia Alves e Pedro Araújo Pietrafesa apresentam informações sobre o percurso dos conflitos agrários existentes no Brasil a partir dos anos de 1940, que colocaram na centralidade político-ideológica as forças existentes neste espaço. Dois caminhos foram percorridos. a) Divisão social do trabalho no espaço rural com a expansão do latifúndio, transformando terra de trabalho em terra de negócio, abrindo uma sequência de conflitos com camponeses. Nesse primeiro caminhar se refletiu sobre a perspectiva histórica dos movimentos sociais e sua relação com a construção de uma memória dos conflitos. Buscou-se, ainda, perceber como os conflitos pelo uso e pela posse da terra pautaram a conjuntura nacional e as interfaces com disputas por hegemonias, seja na sociedade civil ou na sociedade política, consolidando atores sociais e identificando agentes protagonistas. b) O segundo caminho percorrido refere-se à análise de dados levantados e organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seu Centro de Documentação “Dom Tomás Balduino” que identificou conflitos agrários no Brasil desde o ano de 1985 (e neste estudo em especial, se priorizou os conflitos que a CPT qualificou como “ocupação de terras” e “acampamentos”).

Para dar uma dimensão mais específica às análises anteriores, o quarto e último capítulo do primeiro eixo, intitulado “A juventude e a luta pela educação do campo: avanços e retrocessos nas políticas públicas brasileiras”, de autoria de Clarice Aparecida

dos Santos, Elisa Guaraná de Castro e Mônica Castagna Molina, apresenta reflexões sobre os processos de consolidação e desafios que passa a educação de jovens no campo. As autoras identificaram que o ano de 2016 foi um marco para os brasileiros, pois o Brasil viveu um golpe, que interrompeu o Governo Dilma, em 31 de agosto de 2016. De 2003 a 2016, foram 13 anos de expansão nos projetos de educação do campo. As autoras entendem que o tema proposto para este capítulo é imprescindível para a compreensão desse percurso e de sua interrupção.

O esforço aqui proposto é a realização de um balanço em construção: analisar as políticas públicas para a Educação do Campo e sua interface com as assim denominadas políticas públicas para a juventude rural, empreendidas nos 14 anos dos governos Lula-Dilma. Partiu-se da premissa de que a Educação do Campo é fruto da luta dos movimentos sociais. Da mesma forma, observaram que a organização da juventude nos movimentos sociais do campo foram as forças que visibilizaram e construíram a agenda dessa política pública. Sua configuração está no bojo de um longo percurso de luta pela terra e por direitos no Brasil.

No que concerne especificamente à juventude, entre os anos de 2005 a 2015 o Brasil experimentou um esforço nacional por meio de iniciativas do Governo Federal. Ainda que se observem limites no desenho, na priorização e na implantação dessas políticas, foi nesse período que o tema alcançou a esfera federal combinando institucionalização e ações específicas.

O segundo eixo *Educação e trabalho: movimentos sociais, memória e educação de jovens e adultos* foi construído com cinco capítulos, também apresentando reflexões abrangentes de uma temática e análises pontuais, específicas, de outras.

Em seu primeiro capítulo intitulado “O que estudamos do trabalho e da educação quando estudamos sobre trabalho e educação? O autor Wanderson Ferreira Alves indica que a área de estudos sobre trabalho e educação no Brasil possui um conjunto de características singulares, engendradas por seu percurso histórico e pelos atores sociais que ajudaram a constituir-la e que

a constituem. Mais recentemente, alguns autores assinalam que, em que pese a importante produção de conhecimento acumulada pelos pesquisadores e pesquisadoras, a área tendeu a privilegiar no estudo do trabalho as questões afetas às mediações do sistema capitalista e, nesse movimento, talvez tenha secundarizado o saber em trabalho, a inteligência operária nas situações concretas, as formas de associação, a cultura, os valores sendo construídos e reconstruídos, a produção do novo e do devir no seio mesmo da reprodução.

Dito de outro modo: a exigência de efetuar a crítica ao modo de produção – crítica essa necessária e pertinente – talvez tenha levado os pesquisadores a conferir pouca atenção ao que os trabalhadores e trabalhadoras fazem, ao que sabem, ao que são (como classe, como coletivo de trabalho, como grupo profissional...) e ao que aspiram (projetos profissionais, formativos, sonhos...). O presente texto toma essas questões como ponto de partida para refletir sobre a trajetória dos estudos sobre trabalho e educação no Brasil e analisar os temas de pesquisa que receberam investimento dos pesquisadores, problematizando algumas de suas lacunas.

A autora Maria Jacqueline Dias Alves, no segundo capítulo deste eixo, com o título “Saberes do trabalho e de trabalhadores na prática pedagógica e professores de EJA” apresenta discussões produzidas em dissertação de mestrado intitulada *Saberes do Trabalho e de Trabalhadores da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos: a prática dos professores*, que buscou compreender como professores da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) da Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME), em suas práticas pedagógicas, apreendem os saberes de experiências de trabalho de alunos trabalhadores desta modalidade. Para tanto, a autora buscou explicitar a opção teórico-metodológica trilhada no percurso da pesquisa para a análise da Proposta Político Pedagógica da modalidade no que tange à discussão sobre o trabalho, bem como para a coleta e análise dos dados. As discussões apresentadas foram frutos de um estudo de caso, cuja pesquisa de campo foi realizada com cinco professoras de um programa de escolarização

para alunos trabalhadores, no espaço físico de uma Instituição da Prefeitura de Goiânia.

O terceiro capítulo, de autoria das professoras Maria Emilia de Castro Rodrigues e Cláudia Borges Costa, objetivou apresentar o “Centro Memória Viva – Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV)”, que dá nome ao capítulo, o qual é coordenado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). A história da constituição desse centro, seu foco na organização e divulgação documental relativa à Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais, e o objetivo de reunir, em ambiente virtual, a catalogação do material identificado pelos pesquisadores e a criação do Banco de Dados do CMV foram aspectos apresentados. Ele delinea dois caminhos da pesquisa que compõe o CMV em Goiás; a Educação de Jovens e Adultos no Estado de Goiás (envolvendo a Secretaria de Estado da Educação e Esporte de Goiás - Seduce, e o Movimento de Educação de Base em Goiás – MEB Goiás, um movimento de educação popular dos anos 1960) e na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia-GO, abordando como tem se constituído e desenvolvido esses dois objetos de pesquisa. Alguns apontamentos teóricos e metodológicos sobre a pesquisa documental e da história oral são apresentados.

O quarto capítulo “Memória institucional como fonte de pesquisa: o centro memória viva em Mato Grosso – UFMT/ CUIABÁ/BRASIL, de autoria de Nilce Vieira Campos Ferreira e Márcia Santos Ferreira, fez um estudo sobre a formação do Centro Memória Viva (CMVMT) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, que iniciou suas atividades em 2010 com o propósito de integrar uma rede de centros de referência em educação de jovens e adultos, educação popular e movimentos sociais na região Centro-Oeste.

O texto relata que no primeiro momento, o CMVMT resultou de uma parceria mais ampla com a Universidade Federal de Goiás – UFG; com a Universidade de Brasília – UNB; Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul – UFMS; Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT e vem ampliando suas parcerias.

As instituições parceiras que assumiram a responsabilidade de sua criação entenderam que os Centros Memórias Vivas (CMV), em suas diversas expressões estaduais, poderiam vir a se constituir, devido à sua dimensão interinstitucional, núcleos fomentadores de pesquisas e experiências educacionais com maior impacto sobre as políticas de EJA. Cabia ainda aos CMV a possibilidade de darem sustentação para se colocar em pauta a produção da memória de três campos: a educação popular, os movimentos sociais e a Educação de Jovens e Adultos.

O objetivo inicial do CMVMT seria, portanto, o mapeamento, a organização e a catalogação de documentação histórica e recente sobre EJA em Mato Grosso, a fim de disponibilizá-la em rede para estudos e pesquisas. Em médio prazo, seria sugerido a ampliação dessas atividades para a promoção de estudos e pesquisas, para a formação continuada de educadores, para a produção de novos materiais didáticos, além de oferecimento de assessoria e avaliação de programas em EJA (Ferreira e Ferreira 2016).

Semelhante ao primeiro eixo e para dar uma dimensão específica às análises anteriores o quinto e último capítulo do segundo eixo, intitulado “Educação (popular) na Prelazia de São Félix do Araguaia: no começo foi assim...” de autoria da doutoranda Vera Lúcia Alves Mendes Paganini (PPGE-UFG), visou analisar alguns materiais didáticos utilizados pelos educadores da Prelazia de São Félix do Araguaia, para compreender os processos de educação que ocorreram no período de constituição da Prelazia. O estudo abarcou os anos de 1970. Relatos de participantes dos trabalhos como aluno, professor ou agente pastoral falaram em processos de educação popular preconizados por Paulo Freire. O objetivo deste estudo foi analisar alguns documentos produzidos na Prelazia com a hipótese de que contêm elementos que tornam a educação um processo de aprendizado, emancipação e consciência libertadora. Na Fundamentação teórica foram abordados temas de obras de

Paulo Freire que mostraram a possibilidade de se fazer educação sem desvincular o estudante do seu meio, da sua cultura e do aprendizado que já possui. Entre as obras utilizadas estão: Educação como prática da liberdade (1967), À sombra desta mangueira (2001), Pedagogia da autonomia (2002), Conscientização (2008), Pedagogia do Oprimido (2015) e outros teóricos da educação popular. Os resultados apresentados pelos educadores apontam para um crescimento singular na escolarização, nos processos de participação do povo e no engajamento e compromisso com as questões sociais e políticas da terra.

Como o/a leitor/a pode perceber, por este breve relato dos capítulos que compõem este livro, nossa proposta foi a de ofertar uma visão das relações sociais a partir de seu campo macro (globalização e mudanças nos estados) para um campo bem específico, dando centralidade a três temas muito discutidos nos espaços das Ciências Humanas e Sociais: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

*José Paulo Pietrafesa
Maria Emilia de Castro Rodrigues
Sérgio Sauer*